

Fernando Molica

A arte que revela o valor

Além de abordar delicadas relações familiares com extrema sensibilidade, o belíssimo filme norueguês "Valor sentimental", de Joachim Trier, é uma espécie de libelo sobre o valor da arte e da ficção. Ganhador do Grand Prix do Festival de Cannes e indicado ao Oscar de melhor filme internacional, revela o quanto de liberação e de descoberta há no processo criativo.

Contar uma história, até mesmo para quem a vivenciou, é também uma forma de desvendar facetas e detalhes escondidos. Cada olhar é sempre particular, original, desbravador. Mesmo que baseada de maneira rígida em fatos reais, qualquer narrativa sempre carrega uma nova leitura dos episódios que aborda, dialoga e negocia o tempo todo com a ficção. Por mais que busque ser fiel ao ocorrido, um escritor, cineasta, compositor ou dramaturgo transmitirá o seu próprio olhar, a sua versão.

"Valor sentimental" narra a tentativa de um cineasta, Gustav (Stellan Skarsgård), de convencer uma de suas filhas, a atriz Nora (Renate Reinsve), a estrelar sua próxima produção. Um longa-metragem que seria gravado na casa onde ele vivera com a família antes de se divorciar da mãe delas.

O contexto faz com que Nora rejeite a proposta, sequer queira ler o roteiro. Há muitas mágoas acumuladas, e a insistência do pai em tê-la como protagonista e usar a casa como cenário reforça o afastamento. A personagem não quer saber de, supostamente, reviver uma história que inclui uma tragédia relacionada à sua avó, mãe de Gustav. Não quer servir de cavalo para a incorporação de espíritos e episódios com os quais seu pai nunca soube lidar — nem ela.

Nora rejeita ser usada, não haveria diálogo ou

colaboração possível com aquele pai que fora morar em outro país, que sumira da vida dela e da irmã. Havia muitas questões soltas, pontas desamarradas e que, aparentemente, seriam impossíveis de serem recompostas.

Mas é aí que entra a arte, sutil e supreendente como um aparelho de aquecimento doméstico que, no passado, permitia às filhas ouvirem o que diziam pacientes da mãe, psicóloga. A criação é meio assim, escuta o que não deveria ser ouvido, vê através de paredes, percebe um óbvio que estava oculto. No filme, a tela, aos poucos, toma o lugar do divã do antigo consultório.

Não vale adiantar o desfecho do filme sobre o filme. Mas vale ressaltar o quanto ambos expõem a teia construída por quem precisa contar histórias para torná-las reais e, assim, conseguir vê-las, entendê-las e, se for o caso, superá-las.

Como Gustav mostra para o neto, vale recorrer a truques de enquadramento e montagem para captar e traduzir uma realidade e recriá-la. Um processo infinito que se completa em cada criador, entre eles, leitores, espectadores e ouvintes: qualquer história é sempre diferente para cada um de nós.

O escritor Marçal Aquino disse que escreve livros para saber o final de cada uma de suas histórias; o prêmio Nobel de literatura Gabriel García Márquez afirmou que vivia para contar.

Trier e seu colega Gustav filmaram para descobrir, para entender, para resolver questões que, no fim de cada sessão, despertam e criam novas interrogações, provocam desafios, indicam possíveis caminhos, inspiram outros criadores, refazem e renovam vidas que nunca terminam.

EDITORIAL

Laudo superficial justifica corte de ipê

Campinas assiste, nos últimos meses, a uma sequência inquietante de supressões e podas de árvores que levanta dúvidas legítimas sobre os critérios técnicos, a transparência das decisões e o compromisso do poder público com a preservação ambiental urbana. São ações que, somadas, desenham um cenário de fragilidade na política de arborização da cidade.

Há casos emblemáticos. Um ipê-roxo, espécie imune ao corte por lei municipal, foi suprimido pelo Corpo de Bombeiros em frente à Igreja Nossa Senhora das Dores, no Cambuí, episódio hoje sob investigação do Ministério Público. Em outro ponto da cidade, uma árvore considerada saudável pelo próprio Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (Comdema) foi cortada com aval da Prefeitura. Soma-se a isso a recorrência de podas drásticas realizadas pela CPFL, frequentemente denunciadas por moradores, especialistas e vereadores como excessivas e incompatíveis com boas práticas de manejo arbóreo.

O episódio mais recente, porém, simboliza com clareza a situação: o corte de um ipê-rosa adulto, com mais de 15 metros de altura e estimados 50 anos, no bairro Guanabara. A árvore, segundo especialistas do Comdema, tinha alto valor ambiental e paisagístico. Ainda assim, foi suprimida com base em um laudo técnico fundamentado

apenas em análise visual, sem exames internos mais aprofundados, como tomografia de impulso ou resistografia, recursos previstos em contratos e recomendados para árvores desse porte.

A legislação municipal e o próprio Guia de Arborização Urbana de Campinas são claros ao estabelecer que a supressão deve ser o último recurso, adotado apenas quando não há alternativas técnicas de preservação. Árvores nativas, antigas e de grande porte não são obstáculos urbanos: são infraestrutura verde, prestam serviços ambientais essenciais, regulam a temperatura e aliviam o calor cada vez mais presente, melhoram a qualidade do ar e constroem identidade e memória coletiva.

Quando decisões irreversíveis como o corte são tomadas sem o devido rigor técnico, a cidade perde mais do que sombra ou paisagem: perde confiança. Confiança de que a lei é respeitada, de que os conselhos ambientais são ouvidos e de que a preservação não cede à pressa, à conveniência ou à terceirização acrítica de responsabilidades.

Campinas precisa urgentemente rever protocolos, fortalecer a fiscalização, exigir transparência e garantir que cada árvore suprimida seja, de fato, uma exceção, nunca a regra. O verde urbano não pode continuar caindo antes que todas as perguntas sejam respondidas.

Opinião do leitor

Inspiração campeã

O capacete é um dos principais símbolos de identidade de um piloto de Fórmula 1 - e, para Gabriel Bortoleto, isso não é diferente. O brasileiro apresentou o design que usará em seu segundo ano na principal categoria do automobilismo mundial, com uma inspiração clara e carregada de simbolismo: Ayrton Senna.

José Ribamar Pinheiro Filho
Brasília - Distrito Federal

Alexandre Garcia

Leão das liberdades

O Master, o Careca da Previdência, a Venezuela, o Irã, nesses dias ocuparam no noticiário um espaço que deveria ser da manifestação seminal do Papa Leão XIV, na tradicional reunião de início de ano, no Salão das Béncas, com diplomatas de 184 países. É o discurso o mais abrangente do Papa - de Roma para o Mundo. Mencionou cada um dos grandes problemas da humanidade, confirmando que Habemos Papam! Destaco: "A guerra voltou a estar na moda e um fervor bélico está a alastrar." E a família: "A subestimação do papel social da família está levando à sua progressiva marginalização institucional. A vocação ao amor e à vida se manifesta na união exclusiva e indissolúvel entre a mulher e o homem." E, destaque maior, a opressão das liberdades de opinião, de expressão, de consciência. "Não podemos esquecer o sofrimento de tantos detidos por motivos políticos, presentes em muitos países."

Chefe de uma Igreja que, por 407 anos tinha o Índice dos Livros Proibidos, só extinto por Paulo VI em 1966, o Papa Leão, com esse discurso, se mostra um paladino das liberdades de expressão, de consciência, de religião e até de viver. Alerta um mundo que não está percebendo que essas liberdades estão sendo restringidas. "É doloroso constatar que, especialmente no Ocidente, os espaços para a liberdade de expressão estejam cada vez mais a ser reduzidos, enquanto se desenvolve uma nova linguagem, ao estilo de Orwell, que, na tentativa de ser cada vez mais inclusiva, acaba por excluir aqueles que não se adaptam às ideologias que a animam." O Papa americano conhece muito bem a tirania do movimento Woke, nascido na Califórnia.

Ouça o Papa: "Quando as palavras perdem a sua correspondência com a realidade e a própria realidade se torna sujeita a opiniões e, em última análise, incomunicável, tornamo-nos como aqueles dois, de que fala Santo Agostinho, que são obrigados a permanecer juntos sem que nenhum deles conheça a língua do outro. A linguagem já não é o meio privilegiado da natureza humana para conhecer e encontrar, mas, nas malhas da

ambiguidade semântica, torna-se cada vez mais uma arma com a qual se engana ou se atinge e ofende os adversários. Precisamos que as palavras voltem a expressar de forma inequívoca realidades certas." E, mais adiante: "Isso deve acontecer nas nossas casas e praças, na política, nos meios de comunicação e nas redes sociais, bem como no contexto das relações internacionais e do multilateralismo, para que este último possa recuperar a força necessária para desempenhar aquele papel de encontro e mediação, necessário para prevenir conflitos, de modo que ninguém seja tentado a sobrepor-se ao outro pela lógica da força, seja ela verbal, física ou militar." É importante notar que o paradoxo deste enfraquecimento da palavra é com frequência reivindicado em nome da própria liberdade de expressão. No entanto, se olharmos bem, é verdade o contrário: a liberdade de palavra e de expressão é garantida precisamente pela certeza da linguagem e pela certeza de que cada termo está ancorado na verdade."

Cada um inventa o seu direito, sem se importar com os direitos de todos. "Isso ocorre quando cada direito se torna autorreferencial e, sobretudo, quando perde a sua conexão com a realidade das coisas, a sua natureza e a verdade." As palavras não significam mais a realidade e a verdade. Isso é trágico para nos entendermos. Por isso temos uma Língua comum. A Constituição do Brasil diz, no art. 13, que é o Português. Os Legislativos do Amazonas e de Santa Catarina, e os dos municípios de Porto Alegre, Murié MG e São Gonçalo RJ, fizeram leis proibindo nas escolas e serviços públicos a linguagem neutra, que não existe na Língua Portuguesa. Mas o Supremo não permitiu que defendessem a Constituição. Alegou que é prerrogativa da União regrar o ensino, quando deveria prevalecer a defesa da principal ferramenta de ensino, que é a Língua. A falaciawoke conquista até mentes bem-intencionadas. Ao votar, a Ministra Cármem Lúcia afirmou que proibir a linguagem neutra viola a liberdade de expressão; mas contraria o Papa, a Língua Portuguesa, a natureza e a Constituição.

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Patrick Bertholdo (Diretor Geral)
patrickbertholdo@correiodamanha.net.br

Cláudio Magnavita (Diretor de Redação)
redacao@correiodamanha.com.br

Redação: Gabriela Gallo, Iye Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhappress e Agência Brasil

Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Anderson Sá e Thiago Ladeira

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

WhatsApp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Melo Neto 850 Bloco 2 Conj. 520

Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Núcleo Bandeirantes

Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo: Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP - CEP 05001-200

Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP CEP 13010-132

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.